



O pacto social de Tancredo, um tema em discussão.



Mindlin: um novo perfil.



Vidigal: pacto difícil.

# SOLUÇÃO PARA O DESEMPREGO NO PAÍS

Está no fortalecimento da livre iniciativa, dizem os empresários. Por Sérgio Leopoldo Rodrigues, enviado especial.

A questão do desemprego crônico que afeta o Brasil hoje — ampliado, depois de quase quatro anos de recessão — não será resolvido apenas com a reativação da indústria nacional, mas terá de passar necessariamente por um fortalecimento do ideário da livre iniciativa. Essa preocupação faz parte das expectativas projetadas pelo empresariado industrial para o programa de governo do futuro presidente da República.

Essa preocupação em associar a questão do desemprego à necessidade de revitalização de uma sociedade norteada pelos princípios da economia de livre mercado — quer dizer, mais descentralizada e menos estatizada — está presente em todos os momentos na fala das lideranças empresariais reunidas no Rio de Janeiro, no Encontro Nacional da Indústria. Sejam em palestras, debates, ou mesmo durante o almoço ou um bate-papo informal.

Não foi por menos que o ex-diretor da Cacex e atual presidente da Citrosuco, Benedito Moreira, chamou de "assexuada" a definição do tipo de economia que se pretende no País. Lembrou que o próprio ministro do Trabalho, Murilo Macedo, reconhece que 70% da nossa População Economicamente Ativa (PEA) recebe até dois salários mínimos e que existem 30 ou 40 milhões de brasileiros vivendo quase na miséria absoluta. Isto é, "fora do convívio social".

## Competição

Para Moreira, é "engraçado" notar que mesmo com um salário mínimo de 50 dólares o Brasil não consegue competir com a Alemanha, onde o mínimo deve estar por volta de 1.200 dólares, segundo Moreira. Ele ironizou dizendo que "isso significa que tem alguma coisa errada aí". Erro esse, para ele, que uma vez verificado leva a uma opção clara: ou se abre a economia para o mercado ou se aceita simplesmente a socialização. A

própria interferência agigantada do Estado, observou Moreira, não permite à indústria nacional uma produção em escala que remunere bem o assalariado e resulte em novos investimentos, que acarretarão efetivamente a criação de mais empregos. "Para isso, explicou, é preciso mais descentralização e menos burocracia, para que os custos das empresas sejam menores."

Segundo o presidente da Citrosuco, os recursos poupados na racionalização — e até eliminação de alguns serviços da esfera do Estado — do setor público poderão ser destinados ainda que em caráter obrigatório à atividade produtiva, proporcionando ao empresário as condições necessárias para o reinvestimento. Paulo Francini, vice-presidente da Fiesp, também acredita que a garantia da livre iniciativa é uma forma de combater o desemprego e abrir caminho para os quase 1,5 milhão de pessoas que ingressam anualmente no nosso mercado de trabalho.

A indústria, para Paulo Francini, não terá capacidade de incorporar tanta gente em seus quadros: "Mas não há dúvidas que ela está no epicentro do processo que reativará contratações em todos os outros setores da economia", como o de serviços (comércio, bancos, etc) e até mesmo na agricultura, através da demanda de insumos básicos (quando não, esclareceu Francini, pelo aumento do poder aquisitivo nas cidades, e consequentemente ampliando o mercado consumidor de produtos agrícolas).

## Empregos

Francini lembrou até mesmo que, diretamente, a indústria não tem uma tradição grande na geração de empregos (em relação ao produto). Tanto é, acrescenta o economista Adroaldo Moura, da Fipe, que o setor industrial ocupa de 15 a 18% da PEA (Popu-

lação Economicamente Ativa), enquanto o setor de serviços fica com mais de 50% e cerca de 30% do setor primário (agricultura). Este último ainda é muito representativo no Brasil, em relação aos países industrializados, onde a proporção cai para 2% nos Estados Unidos e 7% na França. "E essa tendência se revela também no Brasil", disse Francini, "pois em 1940 a proporção da PEA ocupada na agricultura era mais de 60%."

O próprio Adroaldo Moura reforça o pensamento dos dois empresários quando diz que o fundamental para uma política de empregos está na "eficácia do setor público", na modernização tecnológica do parque industrial — para torná-lo mais competitivo —, gerando novas atividades dentro do mercado.

Albano Franco, presidente da CNI — Confederação Nacional da Indústria —, lembra que essa competitividade está ligada ao custo das empresas, que por sua vez encontram seus maiores responsáveis na centralização fiscal.

## Agricultura

Também os juros, a falta de política de longo prazo e a centralização, acrescenta Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do grupo Gerdau, implica redução da capacidade de investir e de ampliar o nível de emprego industrial. "Por isso mesmo, disse, é preciso ficar claro o que se espera dessa sociedade, se vamos modernizá-la ou não". Segundo ele, para isso e preciso acreditar "no risco". Inclusive na agricultura, adiantou José Mindlin, presidente da MetalLeve e da diretoria da Fiesp.

Para Mindlin, esse apoio deve evitar os subsídios mas assegurar incentivos reais de mercado, à produção, integrada com a indústria voltada para o setor (máquinas, equipamentos agrícolas, adubos, etc).